



**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO. -----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. -----

**PRESENÇAS E FALTAS:** -----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.** -----

**VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.** -----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.** -----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.** -----

**VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.** -----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.** -----

**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.** -----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.** -----

**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.** -----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS. -----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** QUINZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----  
**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO,** MARIA ADRIANA  
SALGADO MAGALHÃES -----  
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM**  
**DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de louvor e reconhecimento às dezanove empresas do concelho de Santo Tirso distinguidas com o prémio “PME Excelência 2017” atribuído pelo IAPMEI – Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, conforme documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas. -----

**VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO**

**(19 empresas de Santo Tirso distinguidas com “PME Excelência 2017”)**

3



O IAPMEI-Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e Inovação atribuiu, dia 20 de fevereiro, no Multiusos de Gondomar, o galardão “PME Excelência” a 19 empresas do Município de Santo Tirso.

Todos os anos, a partir de 2013, quando eram apenas quatro empresas, Santo Tirso tem vindo a aumentar o número de empresas consideradas “as melhores entre as melhores” do País, fruto de desempenhos económico-financeiros e de gestão que mostram, por um lado, a capacidade, a competência e o profissionalismo dos agentes económicos e, por outro, o ambiente económico e social que se vive atualmente no Município.

Depois das 53 empresas de Santo Tirso distinguidas pelo IAPMEI com o galardão de “PME Líder 2017”, a Câmara Municipal não podia deixar de saudar e prestar um reconhecimento público às 19 empresas premiadas com o selo de excelência relativo ao desempenho no ano de 2017.

Os resultados alcançados na cerimónia de entrega dos galardões “PME Excelência” são ao mesmo tempo um incentivo para as empresas premiadas e para a Câmara Municipal, que tem desenvolvido um conjunto de políticas e de medidas de apoio ao tecido empresarial local.

Parceira e “amiga das empresas de Santo Tirso”, a Câmara Municipal dirigiu no último mandato um conjunto de incentivos fiscais estimado em cerca de 10 milhões de euros para o tecido empresarial local, por via da redução do IMI e da Derrama e da redução e/ou isenção de taxas, licenças municipais e contratos de urbanização.

Não por acaso, mais 900 novas empresas foram criadas entre 2013 e 2017 no nosso Município, uma série de novos investimento ou se instalaram ou estão a instalar-se em Santo Tirso, o volume de exportações tem vindo a aumentar e, mais importante ainda, a taxa de desemprego está em valores recorde na última década.

**Reunida em 22 de fevereiro de 2018, a Câmara Municipal presta um tributo a todos aqueles que tem contribuído ao longo dos últimos anos para o desenvolvimento económico e social de Santo Tirso e propõe a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento às empresas:**

1. A. G. M. - Sociedade de Recuperações de Plásticos, Lda.
2. A. L. L. - Têxteis, Lda.
3. Américo Francisco Alves&Filhos, Lda.
4. Carlos Alberto&Filhos, Lda.
5. César, Ferreira&Martins, Lda.
6. Farmácia Carla Neves, Unipessoal Lda.
7. Freixotel - Equipamentos Hoteleiros, Lda.
8. Godilac II, S.A.
9. J. Alves - Oficinas Auto, Lda.
10. J. Areal - Artigos Têxteis, Lda.
11. Lipimalhas - Malhas e Confeções, Lda.
12. Malhas Carjor, S.A.
13. Memoteka - Mecânica de Precisão, Lda.
14. Mercainox - Componentes Industrias, Lda.
15. Moreira&Costa, Lda.
16. Pastelaria e Confeitaria Moura, Lda.
17. Plásticos Macar - Indústria de Plásticos, Lda.
18. Real Step, Lda.
19. Tealt Trilhos de Aventura, Unipessoal, Lda.

***Do voto de louvor e reconhecimento será dado conhecimento às empresas galardoadas e à Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso.***

**A Câmara Municipal**

**Santo Tirso, 22 de fevereiro de 2018**



**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/FEVEREIRO/2018 – ATA Nº 04

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

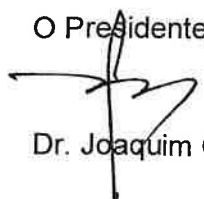
### ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 08/02/2018
- 2 – Tolerância de ponto aos trabalhadores no dia de Carnaval (2018/02/13): Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 3 – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários do município de Santo Tirso – Lei 112/2017, de 29 de dezembro
- 4 – Recrutamento de titulares para cargos de direção intermédia (chefes de divisão e chefes de serviço): Abertura de procedimentos concursais: Composição dos Júris de Recrutamento
- 5 – Proposta de delegação de competências para a conferência decisória prevista no artigo 9º do DL 165/2014, de 05 de novembro
- 6 – Proposta de 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal: Aprovação para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 86º do DL 80/2015, de 14 de maio
- 7 – Procedimento concursal para celebração de contrato de gestão de eficiência energética no Sistema de Iluminação Pública: Adjudicação
- 8 – Proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre o município de Santo Tirso e o Club Thyrsense, tendo por objeto a cooperação entre as partes no âmbito do programa cultural do município
- 9 – Candidatura apresentada pelo município ao Programa NORTE 2020 – Operação NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000100, designada “Ciclovía Central – Rua das Rãs”: Aceitação das condições de aprovação da candidatura
- 10 – Candidatura apresentada pelo município ao Programa NORTE 2020 – Operação NORTE – 08 – 5266 – FSE – 000080, designada Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar – “Ag(ir) para o sucesso escolar”: Aceitação das condições de aprovação da candidatura
- 11 – Candidatura apresentada pelo município ao Programa NORTE 2020 – Operação NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000117, designada “Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e espaços Adjacentes – 2ª fase”: Aceitação das condições de aprovação da candidatura

- 12** – Proposta de atribuição de subsídio às instituições participantes no Desfile de Carnaval
- 13** – Proposta de atribuição de subsídio para as Festas de S. Rosendo
- 14** – Proposta de Celebração de Protocolo com a União de Freguesias de Lamelas e Guimarei tendo por objeto a cedência ao município do direito de utilização do campo de futebol e do polidesportivo, sítios, respetivamente, em Guimarei e Lamelas, para a formação em futebol e futsal
- 15** – Proposta de celebração de Protocolo entre o município de Santo Tirso e a União de Freguesias de Carreira e Refojos de Riba D'Ave, tendo por objeto a cedência ao município do direito de utilização do campo de futebol de Refojos
- 16** – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube de Vilarinho
- 17** – Requerimento da sociedade I.T.J.V – Comércio Texteis, Lda - Processo 32/17 AE: Pedido de reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal para efeitos de isenção/redução de IMI e redução de taxas
- 18** – Requerimento da sociedade MODULO 60 – Unipessoal, Lda - Processo 39/17 AE: Pedido de reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal para efeitos de isenção/redução de IMI e redução de taxas

Santo Tirso, 19 de fevereiro de 2018

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto





**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08/02/2018.----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia oito do corrente mês de fevereiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na discussão e votação deste assunto o senhor presidente da câmara e o senhor vereador Dr. José Pedro Machado, em virtude de não terem estado presentes na referida reunião de câmara. -----





**2. TOLERÂNCIA DE PONTO AOS TRABALHADORES NO DIA DE CARNAVAL  
(13/02/2018): RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de sete do corrente mês de fevereiro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, que concedeu tolerância de ponto aos trabalhadores no dia treze do corrente mês (Dia de Carnaval).-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

### Tolerância de ponto no dia de Carnaval – 13-02-2018

Dr.º Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 35º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, conceder tolerância de ponto a todos os trabalhadores da câmara municipal de Santo Tirso no próximo dia 13 de fevereiro, terça-feira de carnaval.

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:

No concelho de Santo Tirso existe a tradição da realização de cortejos carnavalescos em várias freguesias, na terça-feira de carnaval, para o que já foram realizados os respetivos investimentos;

Tais eventos movimentam um número considerável de pessoas, com dinamização do comércio local;

Grande parte dos setores de atividade económica do concelho de Santo Tirso encerrarão naquele dia, em virtude de na grande maioria dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho estar prevista a terça-feira de carnaval como dia feriado;

Tendo em conta a tradição do dia de carnaval como dia feriado e dedicado pela maioria das pessoas aos festejos carnavalescos, é previsível um reduzido número de utentes aos serviços municipais;

Divulgue-se pelos serviços e dê-se conhecimento do presente despacho na próxima reunião da câmara municipal.

Santo Tirso, 7 de fevereiro de 2018

O Presidente,

Dr.º Joaquim Couto



### **3. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO – LEI 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO.-**

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de vinte e um do corrente mês de fevereiro, registada com o número dois mil cento e trinta e sete, a informar sobre o procedimento de regularização extraordinária dos vínculos precários, de harmonia com o previsto na Lei 112/2017, de vinte e nove de dezembro, a qual se dá aqui por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Em anexo àquela informação constam informações dos vários serviços do município que identificam os postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes do município, e fundamentam esta necessidade, cujas funções foram desempenhadas por pessoas sem o vínculo jurídico adequado. -----

Estão em causa quarenta e seis postos de trabalho em que as pessoas asseguram ou asseguraram funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias, sem o vínculo jurídico adequado, sendo vinte e dois postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, oito posto de trabalho para a carreira e categoria de assistente técnico e dezasseis postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional. -----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas: -----

A) Que a câmara municipal delibere reconhecer que as necessidades identificadas na aludida informação da Divisão de Recursos Humanos e informações dos diversos serviços anexas correspondem a necessidades permanentes do município, cujo exercício de funções é, ou foi exercido, com vínculo jurídico inadequado. -----

B) Que a câmara municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6º da citada Lei, delibere propor à assembleia municipal o aumento do número de postos de trabalho no mapa de pessoal, aditando-se catorze novos postos de trabalho na carreira de técnico superior e oito novos



A

postos de trabalho na carreira de assistente técnico. -----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes sete folhas, o mapa de pessoal do município, com as alterações propostas. -----

Após discussão, as propostas foram submetidas a votação nominal, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos favoravelmente estas propostas, de regularização de vínculos precários, embora desconhecendo as reais necessidades que implicam um alargamento do quadro de pessoal do município. Com esta medida, que segue uma orientação de âmbito nacional, os recursos que seriam ocasionais passarão a ser permanentes com impacto no Orçamento para anos futuros. Gostaríamos também, e por último, de conhecer o impacto orçamental desta medida”. -----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto: -----

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários)

Decidido a dignificar o exercício da função pública no serviço que presta à população do Município de Santo Tirso, o que, em boa parte, passa por combater a precariedade do vínculo profissional dos trabalhadores da Câmara Municipal, o executivo municipal de maioria PS decidiu alargar o quadro de pessoal para integrar 46 funcionários que exercem funções correspondentes a necessidades permanentes.

Esta é mais uma medida de sensibilidade social tomada por este executivo municipal de maioria PS, com vista a contribuir para a igualdade e a proteção profissional dos funcionários do Município.

O executivo municipal de maioria PS viu, naturalmente, com bons olhos a decisão do atual Governo de permitir que a Administração Local fizesse face às diagnosticadas situações de precariedade laboral, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública.

Por isso, Santo Tirso é um dos primeiros Municípios do País a avançar com o alargamento do quadro de pessoal para colmatar necessidades permanentes, em diversos setores de atividade da Câmara Municipal.

Apesar do impacto que tem no orçamento municipal a integração dos 46 funcionários em situação de precariedade laboral, o executivo municipal de maioria PS não tem dúvidas de que esta é uma decisão justa e fundamental para melhorar o serviço público prestado à população do Município.

Mesmo com a integração dos 46 trabalhadores ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, o executivo municipal de maioria PS congratula-se por ter um rácio de colaboradores bem abaixo da média nacional, ou seja, cinco por cada mil habitantes, quando a média nacional é 15.

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a proposta de alargamento do quadro de pessoal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários do Município de Santo Tirso.**

**Santo Tirso, 22 de fevereiro de 2018**



2019

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Categoria/Categoria	Área de Formação Acadêmica ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTC	Ocupados Por CTC	Ocupar	OBS
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA							
O Gabinete de Apoio à Presidência é constituído de acordo com o n.º 1 do artigo 42º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e tem como função assegurar diretamente o funcionamento da câmara municipal para o exercício das suas competências	Chefe de Gabinete		1	0	0	0	Ligação ocupado em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Art.º 42º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sendo que o titular não tem vínculo funcional com a Câmara Municipal.
	Adjunto		1	0	0	1	
	Secretário		1	0	0	0	
	Técnico Superior	Sup. Inf.	1	1	0	0	Ligação ocupado em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Art.º 42º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sendo que o titular não tem vínculo funcional com a Câmara Municipal.
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO							
O Gabinete de Apoio à Vereação é constituído de acordo com o n.º 2 do artigo 42º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e tem como função assegurar os verdadeiros atos e exercício das suas competências	Secretário		2	0	0	1	Ligação ocupado em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Art.º 42º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sendo que os titulares não têm vínculo funcional com a Câmara Municipal.
	Coordenador Técnico		2	2	0	0	
	Assistente Técnico		2	2	0	0	
GABINETE DE DIREÇÃO MUNICIPAL							
	Técnico Superior	Arquiteta	1	1	0	0	
		Engenharia Civil	1	1	0	0	
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM							
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Comunicação	1	0	0	1	2
		Design Gráfico de Comunicação	1	0	0	1	2
		Marketing	1	0	0	1	2
		Design	1	1	0	0	
Assistente Técnico		2	2	0	0		
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO							
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Coordenador Técnico		1	0	0	0	
	Técnico Superior		1	1	0	0	
	Especialista de Informática		2	2	0	0	
	Técnico de Informática		5	5	0	0	
SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL							
	Comandante		1	0	0	1	
	Graduado-coordenador		1	0	0	1	2
	Agente		20	13	0	7	2
	Assistente Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Operacional		1	1	0	0	



2019

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Categoria/Categoria	Área de Formação Acadêmica ou Profissional	Postos de Trabalho	Ocupados CTT	Ocupados CTC	Per Ocupar	OBS
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL							
	Coordenador Operacional de Proteção Civil		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Florestal	1	1	0	0	
		Geografia	1	1	0	0	
		Engenharia Ambiental	1	1	0	0	
		Segurança e Higiene do Trabalho	1	1	0	0	
	Assistente Operacional		4	1	0	3	
SERVIÇOS VETERINÁRIOS MUNICIPAIS							
Verifica as competências técnicas no Decreto-Lei nº 11688, de 5 de maio de 2006, a promover a defesa da saúde pública e do meio ambiente, assim como a defesa do território animal	Técnico Superior	Veterinária	1	1	0	0	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO							
DIVISÃO FINANCEIRA	Diretor do Departamento		1	0	0	1	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Gestão Financeira	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico		3	3	0	0	
	Assistente Técnico		2	2	0	0	
	Encarregado Operacional		1	1	0	0	
SERVIÇO DE TESOUREARIA	Assistente Operacional		1	1	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Técnico Superior		1	1	0	0	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior		1	1	0	0	
DIVISÃO DE EXPEDIENTE GERAL	Coordenador Técnico		7	7	0	0	
	Assistente Técnico		19	11	0	8	at e b) 4 Lugares
	Assistente Operacional		4	4	0	0	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Jurídica	2	1	0	1	
	Coordenador Técnico	Gestão	1	0	0	1	
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Técnico Superior		1	1	0	0	
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Técnico		1	1	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Coordenador Técnico		3	3	0	0	
	Assistente Técnico		2	1	0	1	
SERVIÇO DE COMPRAS							

Atribuições/Competências/Atividades	Cargos/Categorias	Área de Formação Acadêmica ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTR	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS
DIVISÃO JURÍDICA E DE EXECUÇÕES FISCAIS	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Administração	6	2	0	4	
	Coordenador Técnico	Administração Pública	1	1	0	0	
	Assistente Operacional		2	2	0	0	
SERVIÇO DE CONTRAORDENAÇÕES E ELEIÇÕES	Chefe de Serviço		1	1	0	0	
SERVIÇO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Técnico		1	1	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	Chefe de Divisão		1	0	0	0	
	Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Técnico		2	2	0	0	
SERVIÇO DE EMPREGO E INSERÇÃO PROFISSIONAL	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Contabilidade	1	1	0	0	

## DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE

DIVISÃO DE LICENÇAS E URBANISMO	Diretor de Departamento		1	0	0	1	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	5	4	0	1	
		Arquitetura	3	3	0	0	
DIVISÃO DE PROJETOS E EMPREITADAS	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	Arquitetura	1	0	0	1	
			2	2	0	0	
SERVIÇO DE EMPREITADAS	Técnico Superior	Engenharia Civil	5	5	0	0	
		Engenharia Civil e Estruturas	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Arquitetura	2	2	0	0	
		Arquitetura Paisagista	2	2	0	0	
DIVISÃO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Segurança e Higiene do Trabalho	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	Engenharia Civil	3	3	0	0	
	Assistente Operacional		1	1	0	0	
			6	4	0	2	

Atribuição/Competência/Atividade	Cargos/Categoria	Área de Formação Acadêmica ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTC	Ocupados Per Ocupar	OBS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO	Chefe de Serviço		1	0	0	1
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	1	0	0
	Fiscais Municipais		1	1	0	0
	Assistente Operacional		4	4	0	0
	Assistente Operacional		1	1	0	0
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	Assistente Operacional		1	1	0	0
	Assistente Operacional		1	0	0	1
	Técnico Superior	Arquitetura	3	3	0	0
	Coordenador Técnico	Engenharia Geográfica	1	1	0	0
	Assistente Técnico		2	2	0	0
	Assistente Operacional		6	6	0	0
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
SERVIÇOS URBANOS	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
SERVIÇO DE GESTÃO DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1
	Assistente Operacional		2	1	0	1

Atribuições/Competências/Atividades	Cargos/Categorias	Área de Formação Acadêmica ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados GTC	Por Ocupar	OBS
DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Diretor de Departamento	-	1	0	0	1	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	História	3	2	0	1	a)
		Patrimônio	2	1	0	1	a)
		Arqueologia	1	1	0	0	
		Arquitetura	1	1	0	0	
		Comunicação Social	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	Tecnologia	1	0	0	1	b)
		Ensino de Português	1	0	0	1	b)
		Marketing Turístico	1	0	0	1	c)
			6	4	0	2	d)
SERVIÇO DE TURISMO	Assistente Operacional		10	4	0	6	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Gestão Empresas Turísticas	1	1	0	0	
		Expressões Artísticas Integradas	1	1	0	0	
		Turismo	1	1	0	0	
			1	1	0	0	
	Assistente Técnico		1	1	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Assistente Técnico		2	2	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL	Técnico Superior	Jornalismo Internacional	1	1	0	0	
		Gestão Empresas Turísticas	1	1	0	0	
		História	1	1	0	0	
			1	1	0	0	
	Assistente Técnico		2	2	0	0	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	História e Ciências Documentais	2	2	0	0	
		Comunicação Social	1	1	0	0	
		Educação	3	0	0	3	a)
		Arquivo Documental e Informação	1	1	0	0	
SERVIÇOS EDUCATIVOS	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Técnico		4	3	0	1	b)
	Assistente Operacional		5	5	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Literatura Comparada	1	1	0	0	
		História	1	1	0	0	
	Assistente Técnico		1	1	0	0	



Atribuições/Competências/Atividades	Cargos/Categorias	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados: C/II	Ocupados: CTC	Por Ocupar	OBS
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Comércio Exterior/Relações Públicas	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	Engenharia Agrônoma	1	0	0	1	(2)
	Assistente Operacional		1	1	0	0	
	Chefe de Divisão		1	1	0	1	
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DE FINANCIAMENTOS	Técnico Superior	Engenharia e Cidades Industrial	1	1	0	0	
		Planejamento e Projeto Urbano	1	1	0	0	
DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL							
DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL	Diretor de Departamento		1	0	0	1	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Serviço Social	3	1	0	2	(2)
		Sociedade	1	1	0	0	
		Planejamento e Projeto Urbano	1	0	0	1	(2)
		Psicologia	1	0	0	1	(6)
	Assistente Técnico	Educação Social	1	0	0	1	(6)
			3	2	0	1	(2)
	Assistente Operacional		3	3	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
SERVIÇO DE JUVENTUDE E VOLUNTARIADO	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Ciências Sociais	1	1	0	0	
		Educação Social	1	0	0	1	(4)
	Assistente Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Operacional		1	1	0	0	
SERVIÇO DE REDE SOCIAL	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Sociologia	1	1	0	0	
		Educação Social	1	1	0	0	
	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA	Técnico Superior	Serviço Social	3	3	0	0	
		Educação/Educação Social	3	2	0	1	(3)
	Assistente Técnico	Psicologia	4	2	0	2	(3)
			1	1	0	0	
SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR	Chefe de Serviço		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Serviço Social	1	1	0	0	
	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Educação Física/Desporto	8	0	0	8	(4)
DIVISÃO DE DESPORTO	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Técnico		8	7	0	1	(3)
	Assistente Operacional		11	9	0	2	(4)

Atividade ou Função desempenhada	Organização ou Departamento	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CII	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Sociologia	3	3	0	0	
		História	1	0	0	1	
		Educação Social	1	0	0	1	
		Educação	3	0	0	3	
	Coordenador Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Técnico		1	1	0	0	
	Assistente Operacional	Escolas/Pessoal Não Docente	30	28	0	2	

a) os lugares vagos referem-se a atividades de natureza permanente

b) lugares aditados ao artigo do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

OBS: As atribuições, competências e atividades cometidas às diversas unidades orgânicas estão descritas na estrutura nuclear e flexível desta câmara municipal



**4. RECRUTAMENTO DE TITULARES PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA (CHEFES DE DIVISÃO E CHEFES DE SERVIÇO): ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS DE RECRUTAMENTO.---**

Presente proposta do senhor presidente da câmara, de nove do corrente mês de fevereiro, a qual se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas, a propor a composição do júri de recrutamento para os procedimentos concursais a abrir para recrutamento de chefias (cargos de direção intermédia de 2º e 3º grau) para as seguintes unidades orgânicas:-----

- Divisão Jurídica e de Execuções Fiscais;-----
- Divisão de Património e Museus; -----
- Divisão de Ação Social;-----
- Divisão de Expediente Geral;-----
- Divisão Financeira;-----
- Serviço de Contraordenações e Eleições;-----
- Divisão de Contratação Pública; -----
- Serviços Educativos;-----
- Serviço de Programação Cultural; -----
- Serviço de Turismo;-----
- Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos;-----
- Serviço de Emprego e Inserção Profissional;-----
- Serviço de Compras;-----
- Serviço de Projetos; -----
- Serviço de Empreitadas;-----
- Serviço de Gestão dos Edifícios Municipais; -----
- Serviço de Apoio ao Consumidor;-----





- Serviço de Rede Social;-----
- Serviço de Apoio à Família; -----
- Comandante da Polícia Municipal; -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de composição do júri de recrutamento para os referidos cargos de direção intermédia e propor à assembleia municipal, de harmonia com o previsto nos números 1 e 2 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, que designasse os júris para os respetivos procedimentos concursais. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções, dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“A nossa posição de abstenção está em linha de conta com a posição assumida na reunião ordinária da câmara municipal de dezasseis de novembro último (itens cinco e seis da respetiva ata).”

# PROPOSTA

24



Considerando a reorganização dos serviços municipais, aprovada pela assembleia municipal, na sua sessão extraordinária de 23 de novembro de 2017, sob proposta da câmara municipal, aprovada na sua sessão ordinária de 16 de novembro de 2017 e publicada no diário da república 2ª série, nº 249, de 29 de dezembro de 2017;

Considerando que para o bom funcionamento dos serviços há necessidade de prover os lugares de cargos dirigentes correspondentes;

Atendendo que os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, nos termos previstos do artigo 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, em conjugação com o artigo 12º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

Tendo ainda em conta que, de acordo com o n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, obedecendo aos critérios definidos nos n.ºs 2 e 3 desse artigo, proponho que os júris para os procedimentos concursais com vista ao provimento dos cargos dirigentes das unidades orgânicas a seguir indicadas, tenham a seguinte constituição:

- Chefe da Divisão Jurídica e de Execuções Fiscais:

Presidente - Dr.ª Cristina Maria Magalhães Andrade  
Espassandim

Vogais - Dr. António José Marques de Andrade e Drª Maria de  
Fátima Coelho Pereira

- Chefe da Divisão de Património e Museus:

Presidente - Dr. António Manuel Torres da Ponte

Vogais – Drª Maria Adriana Salgado Magalhães e Drª Maria de  
Fátima Coelho Pereira

- Chefe da Divisão de Ação Social:

Presidente – Drª Lília Cristina Matos Pinto Prendas

Vogais – Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Salgado Magalhães e Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira

- Chefe da Divisão de Expediente Geral, Chefe da Divisão Financeira e Chefe do Serviço de Contraordenações e Eleições:

Presidente – Arq. Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo

Vogais – Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Salgado Magalhães e Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira

- Chefe da Divisão de Contratação Pública:

Presidente – Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Salgado Magalhães

Vogais – Dr<sup>a</sup> Maria Alcina Marques Oliveira e Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira

- Chefe dos Serviços Educativos, Chefe do Serviço de Programação Cultural e Chefe do Serviço de Turismo:

Presidente – Dr. Álvaro de Brito Moreira

Vogais – Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira e Dr<sup>a</sup> Elsa Maria Oliveira Machado Mota

- Chefe do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Chefe do Serviço de Emprego e Inserção Profissional:

Presidente – Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Salgado Magalhães

Vogais – Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira e Dr<sup>a</sup> Isaura Mariana Silva Almeida Gomes

- Chefe do Serviço de Compras:

Presidente – Dr<sup>a</sup> Emilia Cristina Campos Ramos Maia

Vogais – Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira e Dr<sup>a</sup> Maria Alcina Marques Oliveira

- Chefe do Serviço de Projetos, Chefe do Serviço de Empreitadas e Chefe do Serviço de Gestão dos Edifícios Municipais:

Presidente – Arq. Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo

Vogais – Eng<sup>o</sup> Carlos António Nogueira Veloso e Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira

- Chefe do Serviço de Apoio ao Consumidor, Chefe do Serviço de Rede Social e Chefe do Serviço de Apoio à Família:

Presidente – Arq. Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo  
Vogais – Dr<sup>a</sup> Paula Maria Brandão Silva e Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima  
Coelho Pereira

- Comandante da Polícia Municipal:

Presidente – Arq. Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo  
Vogais – Eng<sup>a</sup> Célia Maria Mendes Fonte e Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima  
Coelho Pereira

A escolha destes elementos baseou-se no seu perfil pessoal e profissional, nomeadamente pela sua experiência na administração local e valorização profissional, apresentando-se uma síntese curricular constante no anexo I da presente proposta que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

Remeta-se para reunião de câmara.

Santo Tirso, 09 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,



Dr. Joaquim Couto

## ANEXO I

### SINTESES CURRICULARES DOS ELEMENTOS DOS JÚRIS

- Dr. Álvaro de Brito Moreira, doutorado em geografia e história, é trabalhador desta câmara municipal desde o ano de 1990, tendo já desempenhado várias funções, estando atualmente a exercer cargo dirigente, com várias participações em júris de diversos procedimentos concursais, várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais e experiência profissional ao nível da docência;
- Dr. António José Marques de Andrade, licenciado em direito. Presta serviços, na modalidade de avença, há vários anos, ao município de Santo Tirso, tendo uma vasta experiência profissional, como advogado, em várias áreas da administração autárquica. Tem no seu currículo várias participações em processos relacionados com o direito administrativo, como a elaboração de estudos e pareceres jurídicos em procedimentos administrativos;
- Dr. António Manuel Torres da Ponte, licenciado em ciências históricas, mestre e doutorado em museologia. Tem no seu currículo uma vasta experiência como coordenador do museu de Vila do Conde, diretor dos Paços dos Duques de Bragança, formador e palestrante em diversos cursos, seminários e colóquios, nacionais e internacionais, no domínio da museologia e do património. Várias publicações e artigos nacionais e internacionais nesta área. Atualmente exerce o cargo de Diretor Regional de Cultura do Norte.
- Engº Carlos António Nogueira Veloso, licenciado em engenharia civil, é trabalhador desta câmara municipal desde o ano de 1980, tendo já desempenhado várias funções, estando atualmente a exercer cargo dirigente, com várias participações em júris de diversos procedimentos concursais e várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;
- Engª Célia Maria Mendes Fonte, licenciada em Engenharia Florestal, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 2004, estando atualmente em funções de Coordenadora Municipal de Proteção Civil, ao

longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;

- Dr<sup>a</sup> Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, licenciada em direito, com pós-graduação em direito administrativo e administração pública, mestrados em administração pública e em economia e gestão de recursos humanos. É trabalhadora do município de Matosinhos desde 2004, estando atualmente a desempenhar funções de diretora do departamento de recursos humanos desse município. Anteriormente foi consultora jurídica do mapa de pessoal dos serviços municipalizados de águas e saneamento de Matosinhos. No seu currículo tem várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais. Dá formação em áreas da administração pública;

- Dr<sup>a</sup> Elsa Maria Oliveira Machado Mota, licenciada em Ciências Históricas, com Especialização em Ciências Documentais, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 2000, estando atualmente em funções dirigentes, ao longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;

- Dr<sup>a</sup> Emília Cristina Campos Ramos Maia, licenciada em direito, com pós-graduação em direito autárquico, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 1996, estando atualmente em funções dirigentes, ao longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;

- Dr<sup>a</sup> Isaura Mariana Silva Almeida Gomes, mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 2004, estando atualmente em funções dirigentes, ao longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;

- Dr<sup>a</sup> Lília Cristina Matos Pinto Prendas, licenciada em serviço social. É trabalhadora do mapa de pessoal do município de Matosinhos desde 1995, estando atualmente a desempenhar funções de diretora do departamento de intervenção social desse município. No seu currículo tem várias formações





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

29

profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais.

- Dr<sup>a</sup> Maria Adriana Salgado Magalhães, licenciada em direito, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 1990, estando em funções dirigentes há mais de vinte anos, com várias participações em júris de diversos procedimentos concursais, ao longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais, exerceu as funções de notária privativa do município durante cerca de vinte anos;
- Dr<sup>a</sup> Maria Alcina Marques Oliveira, licenciada em gestão financeira, é trabalhadora desta câmara municipal desde o ano de 1994, tendo já desempenhado várias funções, estando atualmente a exercer cargo dirigente, com participações em júris de diversos procedimentos concursais e várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;
- Arq. Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo, licenciada em arquitetura e mestre em planeamento e projeto do ambiente urbano, é trabalhadora desta câmara municipal desde o ano de 1984, tendo já desempenhado várias funções, com várias participações em júris de diversos procedimentos concursais e experiência profissional ao nível da docência;
- Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho Pereira, licenciada em gestão de recursos humanos, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 1994, sempre ligada à área dos recursos humanos, estando em funções dirigentes desde 2005, com várias participações em júris de procedimentos concursais para o recrutamento de pessoal, ao longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais;
- Dr<sup>a</sup> Paula Maria Brandão Silva, licenciada em serviço social, desempenha funções nesta câmara municipal desde o ano de 1984, estando em funções dirigentes há mais de vinte anos, com várias participações em júris de diversos procedimentos concursais, ao longo destes anos tem feito várias formações profissionais para valorização e atualização dos seus conhecimentos e competências profissionais.





**5. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A CONFERÊNCIA DECISÓRIA PREVISTA NO ARTIGO 9º DO DL 165/2014, DE 05 DE NOVEMBRO.-----**

Presente informação conjunta da chefe da Divisão de Licenças e Urbanismo, de dezanove do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil novecentos e sessenta e um, a comunicar da necessidade de delegação de competências para a conferência decisória prevista no artigo 9º do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro, para efeitos de vinculação do município.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 5 do referido artigo 9º, n.º 5 do artigo 79º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 1 do artigo 34º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse delegar no presidente da câmara a competência para representar o município na conferência decisória prevista no artigo 9º do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro, com a faculdade de subdelegação em qualquer um dos vereadores ou titulares de cargos dirigentes.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**6. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM):  
APROVAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 86º DO DL 80/2015,  
DE 14 DE MAIO. -----**

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de dezasseis do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil novecentos e vinte e nove, a remeter proposta de 2ª Alteração ao Plano Diretor Municipal, cujo início do procedimento foi decidido por deliberação da câmara municipal de vinte e três de junho de dois mil e dezasseis. -----

A proposta submetida à apreciação da câmara municipal contempla os seguintes elementos: -----

1. Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal; -----
2. Relatório com a fundamentação técnica da proposta de alteração; -----
3. Planta com identificação das alterações a introduzir ao PDM; -----
4. Planta de Ordenamento; -----
5. Planta de Condicionantes; -----
6. Planta de Condicionantes – Riscos; -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal e remeter a mesma à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para efeitos do n.º 3 do artigo 86º do Decreto-lei 80/2015, de 14 de maio. -----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



**7. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: ADJUDICAÇÃO.** -----

Presente o procedimento de contratação pública número DAF01/2017, relativo à formação de contrato de gestão de eficiência energética no Sistema de Iluminação Pública no município de Santo Tirso, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de dezoito de maio de dois mil e dezassete (item cinco da respetiva ata). -----

Do processo consta informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de dezanove do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil novecentos e sessenta e seis, a propor a adjudicação do contrato ao concorrente Virtual – Power Solutions, S.A., com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, e dos documentos anexos à mesma, dois quais se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Que a câmara municipal delibere aprovar o teor do 2.º Relatório Final, datado de vinte e dois de novembro último, que constitui o anexo 7 do referido anexo I, e consequentemente:-----

1. Admitir as propostas apresentadas pelos Concorrentes **Virtual Power Solutions, S.A., Ferroviais Serviços, S.A.** e pelo agrupamento concorrente **ISETE / WELTSMART**; -----

2. Excluir as propostas apresentadas pelo agrupamento concorrentes **CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A., e TECNEIRA – Tecnologias Energéticas, S.A.** e pelas concorrentes **EDP Comercial, S.A. e HEN – Serviços Energéticos, Lda.**;-----

3. Ordenar em primeiro lugar e, consequentemente, nos termos do disposto no artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos, adjudicar o contrato à proposta apresentada pela concorrente



*(Handwritten mark)*

*(Handwritten mark)*

**Virtual Power Solutions, S.A.;**-----

A despesa estimada inerente ao contrato a celebrar, tendo em consideração a proposta graduada em primeiro lugar é de € 344.614,70 € (280.174,55 €, acrescido de IVA no montante de 64.444,50 €), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02020103, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 705/2018, de vinte e um de fevereiro. -----

O respetivo compromisso ficou registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 358/2018, da mesma data. -----

O referido montante de 280.174,55 € (duzentos e oitenta mil cento e setenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos) reporta-se a um ano de vigência do contrato, sendo que o contrato será celebrado pelo período de doze anos. -----

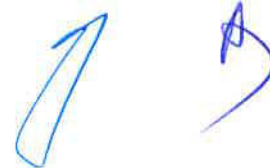
Do contrato resultam compromissos plurianuais, cuja autorização foi concedida pela assembleia municipal por deliberação de vinte e oito de abril de dois mil e dezassete.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções, dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Abstemo-nos em face de não termos participado na fase inicial de lançamento do concurso, uma vez que a mesma foi apreciada no anterior mandato.” -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO**  
**(Município reduz fatura energética)**



Com a decisão de adjudicar a gestão do sistema de iluminação pública do Município de Santo Tirso, **o executivo municipal de maioria PS dá um passo de gigante no sentido de substituir todas as luminárias com lâmpadas tradicionais por tecnologia LED e reduzir drasticamente a fatura energética.**

Depois de, já no anterior mandato, ter investido cerca de 500 mil euros para substituir 2400 luminárias convencionais, no âmbito de uma candidatura ao POVT-Programa Temático de Valorização do Território, o que beneficiou os cofres municipais em 185 mil euros/ano, **o executivo municipal de maioria PS estará em condições de, no segundo trimestre deste ano, colocar em todo o Município mais 12.300 lâmpadas LED**, agora no âmbito do contrato de gestão do sistema de iluminação pública.

Quando o contrato de eficiência energética entrar em vigor, o que carece ainda de visto do Tribunal de Contas, **o Município de Santo Tirso obterá uma poupança com a fatura energética relativa à iluminação pública das 12.300 luminárias LED na ordem dos 258 mil euros/ano.**

Em 12 anos, período máximo por lei em que vigorará o contrato de gestão do sistema de iluminação pública, **o Município conseguirá uma poupança global de três milhões de euros.**

Paralelamente, o Município de Santo Tirso está em diálogo com as Cooperativas Elétricas de Vilarinho e de Roriz com o objetivo de substituir mais 3500 luminárias convencionais por tecnologia LED, o que implicará uma poupança de cerca de 72 mil euros/ano.

Em fase de substituição, estão já mais duas mil luminárias, da responsabilidade da EDP, alteração que vai implicar uma poupança para o Município de cerca de 65 mil euros/ano.

Tudo somado, **o Município de Santo Tirso conseguirá reduzir a fatura energética relativa à iluminação pública em cerca de 900 mil euros/ano. Em 12 anos**, período durante o qual vigorará o contrato com o vencedor do concurso de gestão de eficiência energética, **estará em causa uma poupança de cerca de 11 milhões de euros.**

Assim, a partir do início do ano de 2019, **Santo Tirso será um Município ainda mais amigo do ambiente**, um dos principais eixos estratégicos para o ciclo político 2017-2021, **e promotor de políticas sustentáveis**, em matéria de eficiência energética.

Ao mesmo tempo que adota medidas amigas do ambiente, com consequências diretas no controlo das emissões de gases com efeitos de estufa, **o Município melhora a segurança de pessoas e bens**, não só porque a poupança obtida permitirá ligar as cerca de 3200 luminárias que haviam sido desligadas quando o Governo aumentou para a taxa máxima o IVA da iluminação pública, mas também porque a tecnologia LED garante um melhor aproveitamento luminoso, uma melhor visão noturna e ainda uma luz mais uniforme.

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a celebração do contrato de gestão de eficiência energética no sistema de iluminação pública do Município de Santo Tirso.**

**Santo Tirso, 22 de fevereiro de 2018**



**8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O CLUB THYRSENSE, TENDO POR OBJETO A COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CULTURAL DO MUNICÍPIO. -----**

Presente informação de dois do corrente mês de fevereiro da Divisão de Património e Museus, registada com o número mil cento e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a enviar minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e a associação denominada Clube Thyrsense, tendo por objeto estabelecer os termos e as condições da cooperação entre as duas partes, no âmbito do programa cultural do município de Santo Tirso a desenvolver nas instalações daquela associação, sitas na Rua Francisco Moreira, n.º 24, da cidade e concelho de Santo Tirso. -----

Como contrapartida da utilização das instalações e da realização de eventos nas condições estabelecidas no Protocolo, o município atribui à associação Club Thyrsense uma participação financeira no montante de 12.000,00 € (doze mil euros), a pagar nos termos previstos na cláusula quarta daquele Protocolo.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 671/2018.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 678/2018, de vinte de fevereiro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o Protocolo referido na aludida informação, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**9. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO AO PROGRAMA NORTE 2020 – OPERAÇÃO NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000100, DESIGNADA “CICLOVIA CENTRAL – RUA DAS RÃS”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA.**-----

Presente e-mail da Coordenadora da Estrutura de Apoio Técnico da Autoridade Urbana de Santo Tirso, de cinco do corrente mês de fevereiro, registado com o número três mil duzentos e noventa e cinco, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 05 – 1406 - FEDER – 00100 – designada “Ciclovias Central – Rua das Rãs” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia dois do mesmo mês. -----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível do investimento é de 367.073,63 € (trezentos e sessenta e sete mil e setenta e três euros e sessenta e três cêntimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 312.012,59 € (trezentos e doze mil e doze euros e cinquenta e nove cêntimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma. -----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de aceitação das condições de aprovação da referida comparticipação financeira. -----



**10. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO AO PROGRAMA NORTE 2020 – OPERAÇÃO NORTE – 08 – 5266 – FSE – 000080, DESIGNADA PLANOS INTEGRADOS E INOVADORES DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR – “AG(IR) PARA O SUCESSO ESCOLAR”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA.**-----

Presente informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos, de cinco do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil trezentos e quarenta, a informar que, na sequência da contratualização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AMP, foi apresentada pelo município uma candidatura inserida na tipologia Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar, a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2020, por deliberação de vinte e cinco de janeiro findo, decidiu aprovar a candidatura apresentada pelo município designada “Ag(ir) para o sucesso escolar” ”.-----

A candidatura prevê um investimento elegível total de 417.647,06 € (quatrocentos e dezassete mil seiscientos e quarenta e sete euros e seis cêntimos), com uma comparticipação do FSE de 85%, correspondente a 355.000,00 € (trezentos e cinquenta e cinco mil euros) sendo o remanescente, no montante de 62.647,06 € (sessenta e dois mil seiscientos e quarenta e sete euros e seis cêntimos), a suportar pelo município de Santo Tirso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura, bem como a decisão de aceitação das condições de aprovação da mesma, conforme Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**11. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO AO PROGRAMA NORTE 2020 – OPERAÇÃO NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000117, DESIGNADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO E ESPAÇOS ADJACENTES – 2ª FASE”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA.**-----

Presente e-mail da Coordenadora da Estrutura de Apoio Técnico da Autoridade Urbana de Santo Tirso, de cinco do corrente mês de fevereiro, registado com o número três mil duzentos e noventa e sete, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 05 – 1406 - FEDER – 00017 – designada “Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e espaços adjacentes – 2ª fase” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia dois do mesmo mês. -----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível do investimento é de 367.369,02 (trezentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e nove euros e dois centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 312.263,67 € (trezentos e doze mil duzentos e sessenta e três euros e sessenta e sete centimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de aceitação das condições de aprovação da referida comparticipação financeira. -----

**12. DESFILE DE CARNAVAL/2018: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES.**-----

Presente informação de doze do corrente mês de fevereiro, da Divisão de Educação, registada com o número mil setecentos e oitenta e três, sobre as entidades que participaram no desfile de Carnaval organizado pela câmara municipal, que teve lugar no dia nove do mesmo mês de fevereiro.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

A câmara municipal de Santo Tirso organizou um desfile de Carnaval, que se realizou no dia nove de fevereiro; -----

Considerando que as instituições participantes necessitam de apoio para fazer face às despesas decorrentes da sua participação naquele evento, nomeadamente com a conceção dos trajes;

Considerando que esta câmara municipal tem todo o interesse em estimular e apoiar estas instituições, sem as quais não seria possível a concretização daquela iniciativa.-----

Considerando a competência da câmara municipal para apoiar entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com a realização de eventos de interesse para o município (alínea o) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro), proponho que a câmara municipal delibere atribuir os seguintes subsídios:-----

Província Portuguesa Franciscanas Missionarias Nossa de Senhora -----

-----395 € (trezentos e noventa e cinco euros)

Província Portuguesa da Companhia de Santa Teresa de Jesus-----

-----435 (quatrocentos e trinta e cinco euros)

ARTEMAVE Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave-----

-----155 € (cento e cinquenta e cinco euros)

Associação Jardins Escolas João Deus-----155 € (cento e cinquenta e cinco euros)

Associação de Pais da Escola Básica da Costa-----270 € (duzentos e setenta euros)



Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola da Reguenga	115 € (cento e quinze euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Cabanas – Monte Córdova	-----65 € (sessenta e cinco euros)
Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo – Santo Tirso	-----740 € (setecentos e quarenta euros)
Associação de Pais da Escola Primária e Pré-Primária de Guimarei	-----170 € (cento e setenta euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães	-----160 € (cento e sessenta euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola E.B. 1 de Ramada Burgães	-----115 € (cento e quinze euros)
Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos	-----125 € (cento e vinte e cinco euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária N 1 de Sequeirô	-----125 € (cento e vinte e cinco euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio APEEEPT	-----165 € (cento e sessenta e cinco euros)
Associação do Infantário de São Tomé de Negrelos	-----75 € (setenta e cinco euros)
CASL - Casa de Acolhimento Sol Nascente	-----100 € (cem euros)
Centro de Ação Social de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz	---150 € (cento e cinquenta euros)
Centro Social e Paroquial de Vilarinho	-----40 € (quarenta euros)
Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto	-----50 € (cinquenta euros)
CAID Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente CIPRL	-----225 € (duzentos euros)
S. Tiago Associação de Solidariedade Social de Areias	-----70 € (setenta euros)
APECIST - Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Infantil de Santo Tirso	-----170 € (cento e setenta euros)
Familiar da Tranquilidade	-----75 € (setenta e cinco euros)
Centro Social São Rosendo	-----90 € (noventa euros)





Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso-----	
-----	445 € (quatrocentos e quarenta e cinco euros)
Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques-----	205 € (duzentos e cinco euros)
Associação de Pais do Centro Escolar de S. Bento da Batalha-----	215 € (duzentos e quinze euros)
Escola Profissional de Santo Tirso – Sociedade Unipessoal Lda-----	
-----	45 € (quarenta e cinco euros)
Associação da Solidariedade Social de S. Tiago de Rebordões-----	70 € (setenta euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos das Escolas Primárias de Areias-----	
-----	185 € (cento e oitenta e cinco euros)
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 e Jardim de Infância de Merouços----	
-----	325€ (trezentos e vinte e cinco euros)
Agrupamento de Escolas de S. Martinho-----	55 € (cinquenta e cinco euros)
Instituto de Formação Profissional Albino Sousa Cruz-----	70€ (setenta euros)

Da proposta resulta uma despesa no montante global de 5.850,00 € (cinco mil oitocentos e cinquenta euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento orçamental números 645/2018 e 668/2018, ambas de dezanove de fevereiro.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com os números 633, 634, 635, 636, 638, 640 a 659, 661 a 666, 672 e 673, todos de dezanove do corrente mês de fevereiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**13. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MIGUEL DO COUTO – FESTAS EM HONRA DE S. ROSENDO.-----**

Presente requerimento de vinte e quatro de janeiro findo, da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel do Couto, registado com o número dois mil duzentos e noventa, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de S. Rosendo, que se realizam de um a quatro do próximo mês de março, cuja estimativa orçamental é de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros).-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel do Couto, no montante de 200,00 € (duzentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Rosendo.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 643/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 610/2018, de dezasseis do corrente mês

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 04 Fl. 44  
22 de fevereiro de 2018

de fevereiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE LAMELAS E GUIMAREI TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL E DO POLIDESPORTIVO, SITOS, RESPECTIVAMENTE, EM GUIMAREI E LAMELAS, PARA A FORMAÇÃO EM FUTEBOL E FUTSAL.**-----

Presente informação da Divisão de Desporto, de dezasseis do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil novecentos e vinte, a propor a celebração de protocolo entre o município e a União de Freguesias de Lamelas e Guimarei, tendo por objeto estabelecer as condições de utilização pelo município do campo de futebol de Guimarei e do polidesportivo de Lamelas, para apoiar as diversas coletividades desportivas do concelho que necessitem de instalações para a formação nas modalidades desportivas de futebol e futsal.-----

A minuta do protocolo a celebrar com a União de Freguesias de Lamelas e Guimarei, fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

A despesa global estimada com a celebração do aludido protocolo é de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros) que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 664/2018.---

O compromisso assumido com a celebração do aludido Protocolo está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 667/2018, de dezanove do corrente mês de fevereiro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o aludido Protocolo, nos termos da minuta anexa à aludida informação. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E REFOJOS DE RIBA D'AVE, TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DE REFOJOS.-----**

Presente informação Divisão de Desporto, de dezasseis do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil novecentos e vinte, a remeter a minuta de Protocolo a celebrar com a União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba d'Ave, tendo por objeto a cedência ao município de Santo Tirso do campo de futebol propriedade dessa freguesia, para ser utilizado pelas entidades desportivas que o solicitarem, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por três folhas, rubricado pelo presidente e por quem secretariou a presente reunião. -----

Da celebração do referido Protocolo resultará uma despesa anual estimada para o município no montante de 6.600,00 € (seis mil e seiscentos euros), conforme resulta do n.º 1 da cláusula 2ª, que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102 na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 664/2018. -----

O compromisso assumido com a celebração do mesmo Protocolo está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 668/2018, de dezanove do corrente mês de fevereiro. -----

O pagamento da importância correspondente ao número de utilizações efetivas do equipamento desportivo em causa e será feito mediante despacho da vereadora com a área de gestão económica e financeira, suportado por informação da divisão de desporto que confirme o número de utilizações comunicadas pela União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba d'Ave.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no âmbito da prossecução das atribuições do município na área do desporto (Cfr. alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro) e ao abrigo da sua competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo



33º do referido diploma legal, deliberasse celebrar com a União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba d'Ave o Protocolo referido na aludida informação, nos termos da minuta anexa à mesma. ----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**16. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE DE VILARINHO.-----**

Presente ofício de vinte de janeiro findo, do Futebol Clube de Vilarinho, registado com o número dois mil quinhentos e sete, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Futebol Clube de Vilarinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia dezasseis do corrente mês de fevereiro, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por seis meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto, de dezanove do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil novecentos e cinquenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 14.000,00 € (catorze mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela



rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 665/2018. -----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 671/2018, de dezanove do corrente mês de fevereiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**17. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE I.T.J.V – COMÉRCIO TEXTEIS, LDA -  
PROCESSO 32/17 AE: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE  
MUNICIPAL PARA EFEITOS DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE  
URBANIZAÇÃO.-----**

Presente requerimento de vinte e um de setembro último, da sociedade comercial por quotas “I.T.J.V – Comércio Têxteis, Lda”, com sede na Rua do Rosal, n.º 222, Sequeirô, Santo Tirso, registado com o número vinte e três mil novecentos e oitenta e seis, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento de ampliação das suas instalações industriais, a que diz respeito o processo de licenciamento de obras particulares registado com o número 90/17-LEDI.-----

No referido processo de obras particulares foi liquidada a TMU no montante de 6.773,83 € (seis mil setecentos e setenta e três euros e oitenta e três cêntimos).-----

Do expediente consta informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de dezasseis do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil oitocentos e noventa e quatro, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação.-----

De acordo com a informação prestada a empresa dedica-se ao fabrico dos têxteis de qualidade, encontrando-se em processo de internacionalização vocacionada para as exportações.-----

O investimento previsto, no montante de 218.000,00 € (duzentos e dezoito mil euros) prevê a criação de cinco novos postos de trabalho diretos.-----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 3º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas e alínea f) do n.º 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse económico municipal do projeto de investimento em causa para

Reunião : ORDINÁRIA

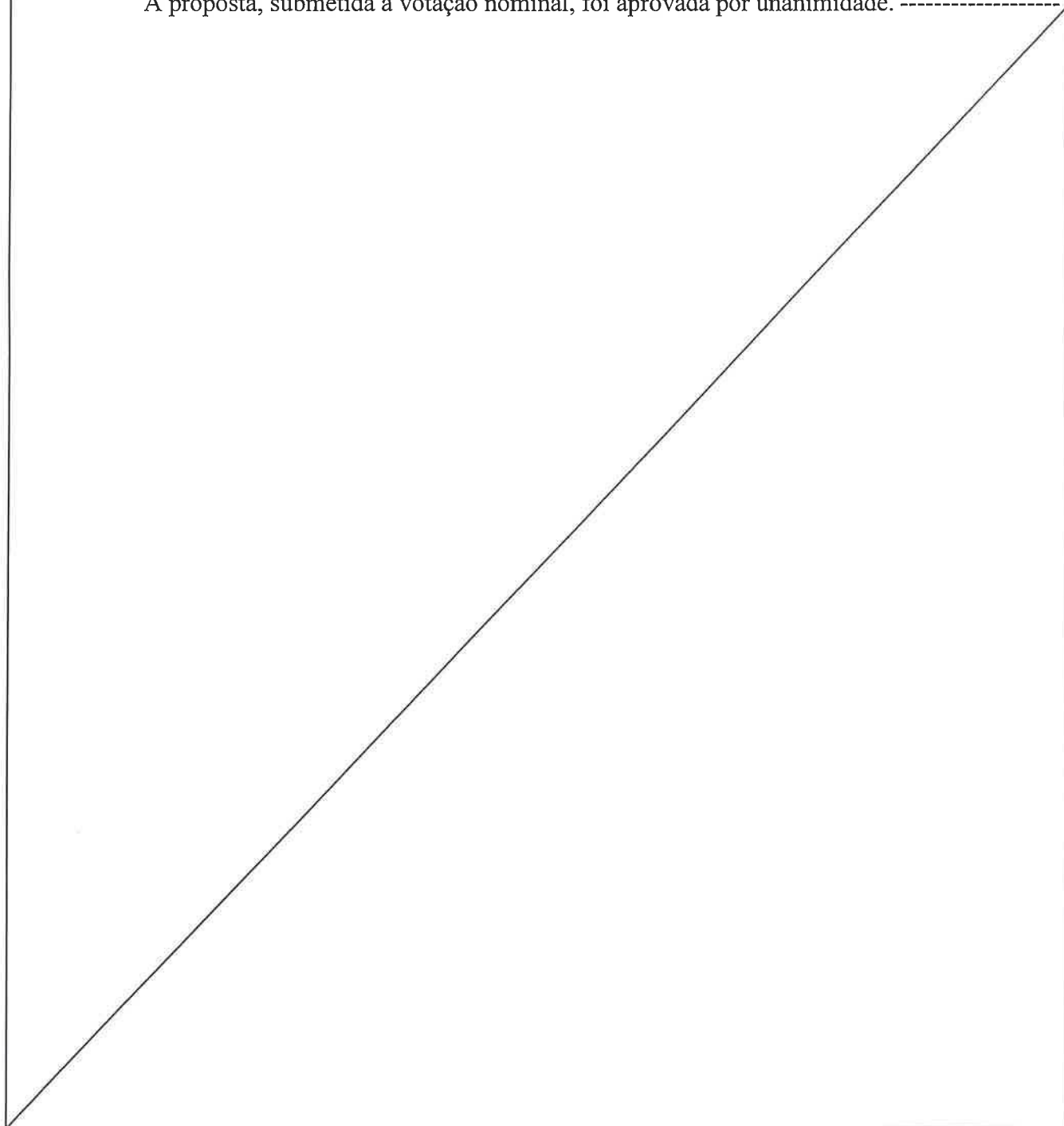


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 04 Fl. **51**  
22 de fevereiro de 2018

efeitos da isenção ou redução da Taxa Municipal de Urbanização. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



**18. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE MODULO 60 – UNIPessoal, LDA -  
PROCESSO 39/17 AE: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE  
MUNICIPAL PARA EFEITOS DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DE CONCESSÃO DE  
BENEFÍCIOS FISCAIS. -----**

Presente requerimento de quinze de dezembro último, da sociedade comercial por quotas “MODULO 60 – Unipessoal, Lda”, com sede na Rua Nova da Nespereira, freguesia de Lagoa, Concelho de Vila Nova de Famalicão, registado com o número trinta e um mil setecentos e setenta e nove, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento de criação de novas instalações no Parque Industrial da Ermida, em Santo Tirso, para onde se comprometem mudar a sua sede, e que consiste na aquisição de uma fração no referido Parque Industrial, trabalhos de adaptação do edifício à atividade económica desenvolvida pela empresa e aquisição de equipamento, cujo investimento global é de dois milhões de euros, a realizar no prazo de dois anos. -----

O pedido é apresentado para efeitos de isenção/redução de IMI/Derrama/IMT, no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso, aprovado pela assembleia municipal em trinta de junho último, e ainda para efeitos de isenção ou redução de taxas municipais. -----

Do expediente consta informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de quinze do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil oitocentos e noventa e três, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação. -----

De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do referido Regulamento Municipal. -----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 6º do mesmo regulamento, a classificação obtida pela empresa é de 42,5 % e o benefício



fiscal a conceder incide sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), até ao montante máximo de 46.925,64 € (quarenta e seis mil novecentos e vinte e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos).-----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse municipal do projeto de investimento em causa e deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal para efeitos da atribuição da redução acima indicada do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

As propostas, submetidas a votação nominal, foram aprovadas por unanimidade.-----



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer. -----

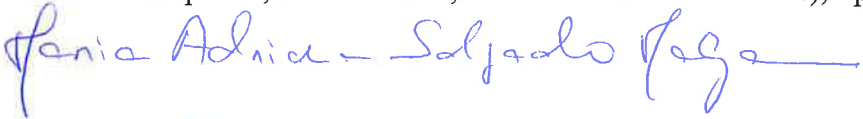
Ninguém do público presente quis usar da palavra. -----



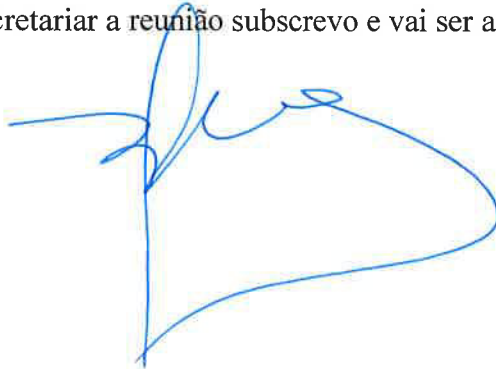


**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta minutos. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem cinquenta e cinco folhas, e oito documentos anexos (anexo I, relativo ao item sete; anexo II, relativo ao item oito; anexo III, relativo ao item nove; anexo IV, relativo ao item dez; anexo V, relativo ao item onze; anexo VI, relativo ao item catorze; anexo VII, relativo ao item quinze; e anexo VIII, relativo ao item dezasseis), apenas utilizadas no anverso, que eu 

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 08/03/2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas Seis ).-----

A Secretária,

